

Semestralidade: MEC aconselha alerta dos pais

O PEC

BRASÍLIA — O Secretário-Geral do Ministério de Educação, Aloísio Sotero, disse ontem que os pais de estudantes devem fiscalizar o cumprimento do decreto que autoriza o reajuste das semestralidades nas escolas particulares. O decreto foi publicado no Diário Oficial de ontem.

— Se perceberam qualquer irregularidade, os pais devem denunciá-las diretamente à Sunab ou às Delegacias Regionais do MEC nos Estados — disse Aloísio Sotero, que também aconselhou os pais a se reunirem com os diretores das escolas para calcular em conjunto as novas mensalidades.

Ele foi informado de que algumas escolas estão querendo usar como base de cálculo para o segundo semestre do ano passado o reajuste autorizado pelo Conselho Estadual de Educação e não a semestralidade que o decreto presidencial determina.

Aloísio Sotero explicou que, pelo decreto, os pais devem corrigir os valores pagos antecipadamente em dezembro e janeiro — relacionados com as mensalidades de 1986 — multiplicando o valor pago pelo fator de atualização desses meses (1,3293 e 1,1436, respectivamente). Depois de feita a atualização é que se deve converter a mensalidade para cruzados.

O decreto publicado ontem apresenta uma diferença em relação ao divulgado sexta-feira pelo Ministro Marco Maciel. O índice para reajuste das mensalidades pagas em janeiro passou a ser de 69,38 por cento e não de 69 por cento, como estava no decreto de sexta-feira. A diferença está num aumento de 0,07 por cento no índice que reajustará as semestralidades.

Assim, o reajuste das semestralidades das escolas de Primeiro e Segundo Graus do Rio será de 66,25 por cento, segundo os cálculos apresentados ontem pela Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Fenen) sobre a última semestralidade de 1985 (a soma de todas as mensalidades pagas no segundo semestre do ano passado). Pelas contas anteriores, este índice seria de 66,18 por cento. De qualquer modo, o índice continua sendo inferior aos 69,28 por cento autorizados pelo Conselho Estadual de Educação antes do programa de estabilização econômica.